

"Senhores membros do Congresso Nacional, Não andamos em tempos fáceis. Saídos, nos anos 70, de prolongado período de prosperidade, caímos em crise econômica sem precedentes. Anos a fio, somos castigados por dificuldades que põem à prova nossa capacidade de resistência, nossa energia, nossa aptidão para retomar o ritmo de progresso que almejamos.

As condições da economia internacional nos obrigaram a adaptar-nos às circunstâncias recessivas do quadro geral. É forçoso seguir, nos traços capitais, a política adotada, diante de situação semelhante, pelas demais economias de mercado.

Com objetividade e realismo, procura-se restaurar, à custa de pesados sacrifícios, o equilíbrio econômico e financeiro de que depende a normalidade da vida nacional.

O programa de ajustamento da economia, que nos impusemos, apresentou, em 1983, aspectos positivos. Entre estes, o superávit comercial — maior de nossa história econômica — registrado nas contas externas. O ingresso líquido de capitais, no entanto, apresentou decréscimo, que não permitiu a cobertura do déficit em conta corrente. Esse desequilíbrio obrigou a novas negociações para garantir o financiamento externo no corrente ano.

No âmbito interno, o programa de ajustamento prosseguiu com o maior vigor, a fim de criar condições para a reativação da economia. A contenção do surto inflacionário e a redução das taxas de juros reais constituíram objetivos permanentes da política governamental. Perseguiu-se, particularmente, nos termos dessas diretrizes, a redução do déficit consolidado do setor público. Lançou-se mão do arsenal de meios disponíveis para diminuir a dependência externa, combater a inflação, barrar o processo recessivo, promover a retomada do crescimento, acudir as necessidades do balanço de pagamentos e deter o desemprego. Já se vislumbram indicadores de que é lícito esperar, em 1984, os primeiros resultados positivos desta política.

Melhor seria não termos de sujeitar nossa economia ao ajustamento que está em curso. Melhor seria a onda de recessão nos haver poupado. Melhor seria, ao menos, fossem mais brandas as medidas de ajustamento, ou austeridade, a que temos sido forçados. Melhor seria existir alternativa mais suave para as providências destinadas a enfrentar a conjuntura atural. Não se alvitram, porém, aqui ou alhures, fórmulas diferentes, em substância, para o ajustamento que a teoria econômica recomenda.

A queda registrada na atividade econômica propagou-se por todos os quadrantes. Ninguém foi poupado pelos seus efeitos, que não se produziram, todavia, na mesma escala, nem na mesma forma. Diferentes foram eles nos países industrializados e nos países em desenvolvimento. Estes, mais vulneráveis, sofrem mais profundamente as consequências dos sucessivos choques financeiros que sacodem o mundo. Entre os países menos ricos, distinguem os especialistas os que não denotavam crescimento dos que se achavam em pleno processo de desenvolvimento e apresentavam, por isso mesmo, melhores condições para ajustar-se, ainda que penosamente, à situação aflitiva que impera no plano econômico, financeiro e social.

Não se desconhece a gravidade dos problemas que ainda nos atormentam, problemas dramáticos, cuja solução é urgente.

Programas vigorosos se sucedem para debelar esses males. Amplia-se, em todos os setores, a ação governamental, para acudir às exigências que o sentimento popular multiplica.

Tudo seria mais fácil se as dificuldades se mantivessem estáveis. As próprias ocorrências climáticas, como tem sucedido, agravam os encargos do poder público. O crescimento demográfico, desordenado e caudaloso, engrossa a multidão dos que requerem da sociedade toda a sorte de presta-

ções e os ajudem a viver. Não se observa, neste ponto, a advertência de que a sociedade não deve criar mais problemas do que aqueles que é capaz de resolver. O mito de que o Estado é onipotente leva a que dele tudo se reclame. A sua tarefa, sob a pressão dessa crença, expande-se continuamente. A impossibilidade em que venha a encontrar-se para satisfazer, plenamente, os encargos que assume, em nome do bem público, gera descontentamento, que o interesse do adversário político explora e alimenta.

Responsável pela solução dos problemas que se formam dentro de suas fronteiras, o Estado é responsabilizado também pelos seus limites territoriais. Raciocina-se como se não vivêssemos, na ordem internacional, sob o signo da interdependência, como se a crise, que nos fustiga, fosse crise setorial, brasileira, e não crise da humanidade.

Espera-se do desempenho nacional, além disso, aquilo que não conseguem realizar os países industrializados. Colhidas, ou não, pela recessão, as nações que comandam a economia estão longe de resolver os seus problemas sociais, até no que diz respeito à eliminação da pobreza.

Apostar obstáculos à missão que nos cumpre conduzir em prol da nossa restauração econômica não constitui nenhuma sorte de escapatória. Nem significa desânimo ou enfraquecimento da vontade ou determinação de empenhar o potencial de imaginação e de recursos materiais ou técnicos de que dispomos para vencer a adversidade.

Dentro desse quadro, sem estar entre as nações industrializadas, o Brasil se acha, entre os países feridos pelo desconcerto global, em posição encorajadora, em rápido crescimento, durante grande período, o Brasil desenvolveu-se em todos os setores. Expandiu-se material e socialmente, procurando suprir, com dinamismo, omissões que lhe ameaçavam o presente e o futuro. Os êxitos alcançados justificam a crença de que o País continuará a utilizar, com crescente eficiência, os seus enormes recursos naturais, o seu invejável potencial humano, a sua forte estrutura produtiva.

Empreendimentos de grande porte se registraram nos últimos anos, em todos os setores. Não cabe enumerá-los agora. A título exemplificativo, menciono o que se efetuou no campo da energia. Somente no que concerne ao petróleo, conseguiu-se, em cerca de três anos, acelerar o ritmo. O óleo que hoje consumimos já é extraído inteiramente de mananciais brasileiros.

Deixaremos de figurar, daqui por diante, no rol dos países sem petróleo. Se o crescimento da produção petrolífera guardar, alguns anos mais, as mesmas proporções, estarão bastante próximos os dias da nossa auto-suficiência em petróleo. Comprova-se, pois, que, se os fatos, em verdade, algumas vezes, são obstinados, essa obstinação pode ser vencida pela decisão política, pela tenacidade e pela técnica.

Outros fatores, todos ponderáveis, concorrem para que se confie na continuidade do progresso que é a vocação indelével do Brasil. Sobre todos eles avulta, porém a capacidade criativa de sua gente e a estabilidade com que sabe preservar, nos traços fundamentais, o seu sistema político.

Justificado é, pois, o otimismo que se nutre quanto à nossa aptidão para, pelas próprias forças, arrostar, no momento, as graves dificuldades que nos envolvem. Reforçam esse estado de ânimo as operações financeiras, que o Brasil logrou efetuar no Exterior em fim de janeiro. A tranquilidade relativa que isso nos assegura, quanto ao atendimento dos compromissos internacionais, oferece ao País perspectivas favoráveis para o seu futuro imediato. Revelam essas operações, de outra parte, a confiança que o mundo financeiro deposita em nossa vitalidade econômica e no acerto da política que, no terreno das finanças, o Brasil se traçou.

O Brasil possui consciência da sua grandeza. Sabe que, na modelação de seu futuro, terá de

confiar, antes de tudo, em si mesmo. Quaisquer que sejam os empecilhos que a conjuntura global lhe depare, é principalmente na sua capacidade de ação que encontrará elementos para retomar o caminho da prosperidade. O País será aquilo que dele fizermos.

Sem embargo do êxito parcial já assinalado, o endividamento externo, pelo seu volume e pelas cláusulas de amortização e juros, constitui tema que exigirá constante atenção do governo. A nossa vontade política, bem como a compreensão, também política, da comunidade internacional, convergirão, seguramente, para que se encontre fórmula consentânea com o interesse comum e apta a resolver esse grave problema, que afeta, por suas consequências, todos os países. Creio haver interpretado aspiração nacional, quando propus às Nações Unidas que se estabelecessem novas bases para disciplinar as relações econômicas e financeiras internacionais.

Contamos com potencial de recursos que nos permitem retomar a trilha da prosperidade. Para isso, é preciso promover, vigorosamente, o declínio da inflação, a vitória sobre a recessão, o estímulo às atividades produtoras, em todos os ramos, a multiplicação de empregos, a redução da pobreza, a recuperação, em suma, da economia. Neste quadro — não é demais lembrar — entra o imperativo de impor o equilíbrio orçamentário e de reduzir drasticamente o endividamento interno. Fatores por excelência da explosão inflacionária, a dívida interna e o déficit orçamentário são por demais perigosos para que se possa contemporizar com os seus malefícios.

Todo o cuidado será pouco, no entanto, para que as medidas de contenção não tornem impraticável o crescimento da economia, essencial ao aperfeiçoamento da nossa estrutura social. É mister, para isso, se leve em conta, com firmeza e determinação, a obra de engenharia econômica, financeira e política, que visa restaurar a prosperidade e consolidar nossas instituições democráticas.

Demonstramos, no campo interno, coragem e seriedade no adotar, durante período recente, medidas asperas e penosas para defender-nos dos perigos que rondavam — e ainda rondam —, a nossa situação. Granjeamos crédito e respeito que nos habilitam a pleitear, na esfera internacional, tratamento que nos assegure maior desenvoltura ao desenvolvimento que cumpre impulsionar.

Pode ser que a retomada da prosperidade, já registrada em alguns países industrializados, venha a reanimar, com brevidade, a economia das nações mais atingidas pela estagnação. Ignora-se, porém, o tempo em que isso ocorrerá, bem como as proporções da recuperação que se anuncia. Não se sabe também com certeza se a recuperação que desponta veio para ficar ou se se revestirá de caráter transitório.

A certeza que a observação da realidade social, densamente problemática, nos inculca é a de que a crise, que acomete o mundo há mais de um quadriênio, está longe de se ter dissipado. Não fora assim não se continuaria a assistir, na maior parte das nações, à contenção deliberada da sua atividade econômica. Bem como ao seu esforço no sentido de limitar as importações e expandir as exportações. Bem como a transmissão recíproca dos efeitos perniciosos dessa política.

Menos mal se a crise fosse apenas econômica. Se apenas quanto a esta as teorias do passado fossem impotentes para resolver os impasses do presente. Se o futuro, no tocante às outras dimensões da realidade, não estivesse envolto em sombras, se a crise fosse somente política, em sentido estrito.

A crise não se restringe, todavia, à área econômica, nem se circunscreve ao político, na sua expressão menos compreensiva. Mais do que simplesmente econômica, mais do que política, na sua

acepção corrente, a crise atual é uma crise cuja abrangência abala costumes e hábitos mentais de aparência imutável.

Posto se invoque, em primeiro lugar, a crise econômica, é a crise política o centro de gravidade das inquietações do nosso tempo. Porquanto essencialmente político é o momento que vivemos. Da política, das decisões que em seu nome se tomam, quase tudo depende. Razão assiste aos que afirmam que a política trata do que é mais complexo e mais precioso, como a vida, o destino, a liberdade dos indivíduos, das coletividades e, agora, da própria Humanidade.

Nada mais importante do que, no drama político, manter alerta, lúcida e penetrante a inteligência, límpida e pura a vontade. Procede a observação de que é tão vital, em política, não se enganar, como não enganar.

A política — a boa política — supõe uma sociedade aberta, uma sociedade racional, uma sociedade crítica. Uma sociedade que, pelo livre jogo da inteligência, corrija os seus defeitos, expurgue os seus vícios, instaure a ordem, a segurança, a justiça. Uma sociedade que repila o dogmatismo dos donos da verdade. Uma sociedade solidária, cooperativa, em permanente aperfeiçoamento. Uma sociedade em que a liberdade seja instrumento de progresso individual e bem-estar comum. Uma sociedade em que a liberdade de um não constitua licença para amolentar a liberdade do outro.

Marcadamente político é o ano em cujo início nos encontramos. Estão desatadas, libertas, as forças que movem os condutores da opinião pública. Estava consciente do que se ia passar, durante o meu mandato, quando me comprometi a fazer deste país uma democracia. Não faltei ao compromisso assumido. Rompi, um a um, os entraves que de qualquer forma pudessem embaraçar o gozo e o exercício dos direitos civis e políticos. Garanti as liberdades públicas. Nunca houve neste país tanta liberdade, ou, pelo menos, nunca houve maior liberdade. Das franquias que tenho garantido se valem, sem distinção, todos os brasileiros.

Admito que a escalada das reivindicações, em que é pródiga a democracia, agrava a responsabilidade governamental. Não acredito, todavia, que a democracia, por essa razão, se torne ingovernável. Acredito — isto sim — que, diante da carga que se lança sobre o governo, cumpre que este se desdobre para responder às exigências, novas e incessantes, que a sociedade lhe impõe.

Quando falo em governo, não me refiro só ao executivo. Reporto-me, igualmente, ao Poder Legislativo, que compartilha com a administração pública, pela forma que lhe é própria, dos encargos que recaem sobre o Estado. A participação do corpo legislativo na tarefa estatal constitui um direito e um dever. Assim como é um dever a cooperação de todos os segmentos da sociedade na definição de projeto comum e na conjugação de forças para transformar em realidade as aspirações coletivas.

Conhecer o presente é condição, seja para modelar o futuro, seja para operar eficazmente sobre a realidade que nos envolve. Colher o presente, na sua objetividade, nem sempre é fácil. Não falta quem diga que só se pode conhecer o passado, não o presente: este só o conhecerão as gerações futuras.

Concedo que o conhecimento do presente pode ser fragmentário, imperfeito, impreciso, será contudo, mesmo assim, imprescindível para fixar as diretrizes da atividade imediata e preparar o futuro.

O conhecimento, quer do presente, quer do passado próximo, mostra a imensidade do que se está fazendo em prol do interesse nacional. Revela, contudo, igualmente, a imensidade do que resta fazer, em todos os campos. Seja para projetar novas

iniciativas, seja para corrigir diretrizes. Seja para aviventar rumos.

O investimento na esfera do social continua como prioridade vital. O interesse humano, o interesse do homem concreto, quer, urgentemente, mais educação, em todos os graus. Quer mais tecnologia, ou gerada aqui mesmo, ou transferida do Exterior. Quer a continuidade da redução dos bolsões de pobreza, mormente da pobreza absoluta. Quer melhor repartição dos sacrifícios perante as medidas para debelar a crise. Quer melhor e mais justa distribuição da renda. Quer que se esmague a inflação. Quer que se mantenham os empregos atuais e que outros se criem para absorver rapidamente a totalidade da força de trabalho. Quer o crescimento, em todos os ramos, da produção. Quer que se mova guerra sem trégua à teimosia dos fatos. Quer que o diálogo político constitua processo em que cada parcialidade não procure somente demonstrar que está com razão, mas processo pelo qual todos se empenhem simplesmente na apuração da verdade. Quer o desenvolvimento político, governado pela ideia, sadiamente propagada, de que é, pelo menos, tão importante possuir instituições justas como contar com homens bons — os homens bons da terra —, que nobremente observem o que nelas se prescreve.

Senhores membros do Congresso Nacional. O Poder Executivo conhece as suas limitações. Sabe que não sabe tudo, sabe que não pode tudo. Sabe que as suas deficiências podem ser supridas, em grande parte, pela cooperação, vital ao interesse público, do órgão legislativo.

Conheço, o Poder Executivo a inestimável importância do parlamento nas democracias pluralistas — abertas, por natureza, ao diálogo, ao confronto das ideias, às junções do racional e do justo. Não acredita no reparo de que os homens somente se tornam racionais quando esgotadas todas as demais alternativas.

Guarda e defensor da Constituição, não estou só nessa indeclinável tarefa. Estão ao meu lado, no desempenho desse encargo, que nos é comum, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Encareço a necessidade de velar pela eficácia das cláusulas da nossa carta política. Por quanto importa que a Constituição revele, no seu todo, estrita efetividade. Só assim, haverá harmonia entre o que está na sua letra e no seu espírito e os comportamentos sociais ou políticos que pretende reger. Penso, todavia, que cumpre reformar, progressivamente, em determinados pontos o sistema constitucional.

A democracia social — dogma constitucional entre nós, a partir dos anos 30 — constitui imperativo ético, que requer, para a sua observância, esforço ilimitado. Poderoso para implantá-lo não é, isoladamente, este ou aquele poder do Estado. Responsabilidade de todos, requer, a sua execução, em grau superlativo, a cooperação do Congresso Nacional.

As batalhas que o País tem pela frente serão vencidas com a participação corajosa e idealista do Parlamento. Pensar no Brasil, não em interesses pessoais, é o que nos incumbe fazer. Pensar no Brasil, bem como repensar os problemas e as soluções que melhor convenham à Nação. Esperançado e ansioso, o País acredita no seu destino, na capacidade dos seus condutores políticos, na sua criatividade, no seu valor.

Senhores membros do Congresso Nacional. Abnegada e corajosa, a sociedade brasileira confia em si mesma e nas suas instituições. Livres e democráticas, em contínuo aperfeiçoamento, as nossas instituições estão preparadas para enfrentar o futuro, que se precipita, pleno de ameaças e promessas, em direção ao presente.

Brasília, 1 de março de 1984  
João Figueiredo